



# **4º ENCONTRO NACIONAL DA INDÚSTRIA**

***Prioridades e  
Recomendações  
(2011-2014)***

***POLÍTICA  
ECONÔMICA***



DOCUMENTO DE TRABALHO

SESSÃO TEMÁTICA

# POLÍTICA ECONÔMICA

## Indicador de importância das prioridades

(Resultado da pesquisa de opinião realizada com sindicatos, federações e associações setoriais da indústria)



O indicador varia de 1 a 4, sendo 4 o mais importante e 1 o menos importante.

Carga tributária	1. Reduzir a carga tributária sobre a produção
Simplificação tributária	2. Promover a simplificação tributária
Desoneração do investimento	3. Promover a desoneração tributária total do investimento em capital fixo
Créditos na exportação	4. Implementar mecanismos eficazes de compensação dos créditos tributários nas exportações
Substituição tributária	5. Limitar o uso da substituição tributária
Taxa de juros	6. Buscar a redução das taxas de juros
Financiamento	7. Aumentar a disponibilidade de financiamento
Financiamento alternativo	8. Estimular o desenvolvimento de formas alternativas de financiamento não-bancário
Valorização do real	9. Evitar valorização do real que comprometa a competitividade
Aquisições cambiais	10. Simplificar procedimentos relacionados a operações com aquisição de moeda estrangeira



## 4º ENCONTRO NACIONAL DA INDÚSTRIA

---

A gestão macroeconômica foi condição indispensável para o impacto menos traumático da crise financeira na economia brasileira. Baixa vulnerabilidade externa, contas fiscais em equilíbrio e inflação sob controle – ao lado de um sistema financeiro sólido – inquestionavelmente amorteceram os impactos da crise global e reduziram seus efeitos na economia brasileira.

O crescimento vigoroso dos anos pré-crise, por outro lado, permitiu adiar avanços mais expressivos em questões estruturais – como é o caso da tributação, da composição dos gastos públicos e da estrutura de financiamento. O forte crescimento das exportações mascarou o impacto dessas disfuncionalidades de natureza sistêmica sobre a competitividade dos produtos brasileiros.

Avanços nesses campos são críticos para alavancar a competitividade de nossos produtos. O mundo pós-crise será fortemente caracterizado pelo acirramento da competição nos mercados. Essas questões se tornam ainda mais críticas em face da continuidade do processo de valorização da moeda brasileira, que exacerba as dificuldades de competição não apenas no caso das exportações, mas também na competição com importados no próprio mercado doméstico.

### 1) Tributação e gastos públicos

#### a. Carga tributária: reduzir taxaço sobre a produção

A carga tributária é um dos principais fatores que reduzem a competitividade dos produtos brasileiros. O ônus representado por uma carga elevada tem sido sistematicamente apontado na Sondagem Industrial CNI como o maior dos problemas enfrentados pelas indústrias brasileiras.

O nível de taxaço sobre a sociedade – setor produtivo e famílias – é desproporcional ao nível renda per capita do país. O elevado peso dos impostos no Brasil – muito acima do suportado pelos nossos concorrentes diretos nos mercados globais, os países emergentes – determina uma estrutura tributária complexa e ineficiente. Nela predominam tributos distorcivos, que incidem sobre a produção, o investimento e as exportações, que oneram a competitividade e reduzem o crescimento da economia.

#### Recomendação:

- Atuar para a redução da carga tributária global sobre a economia e a produção, com o estabelecimento de limites à tributação.

#### b. Gastos públicos: conter o crescimento dos gastos

Além de excessiva, a carga é também crescente. A queda que se observa em 2009 é episódica em função da crise econômica. A tendência de aumento será retomada em 2010. As razões para o crescimento da carga tributária estão na contínua expansão do gasto público. Com a necessidade de controlar o déficit, o setor público procura elevar suas receitas em resposta ao aumento dos gastos. Como não se percebe um esforço significativo no sentido de aumentar a eficiência na utilização dos recursos públicos, cada nova pressão pelo lado dos gastos é acomodada com elevação na carga tributária.

**Recomendação:**

- Promover a redução de gastos públicos por meio de gestão mais eficiente dos recursos e maior eficácia e focalização dos programas públicos, o que implica em reformas estruturais como a previdenciária e a gestão do Estado.

**c. Estrutura tributária: simplificar procedimentos**

A complexidade é a marca do sistema tributário brasileiro. A grande quantidade de tributos – impostos, contribuições e taxas – causa problemas e é fonte de custos às empresas por exigirem obrigações acessórias excessivas aos contribuintes.

As freqüentes mudanças de regras e normas trazem insegurança jurídica e prejudicam os negócios. As empresas de maior porte são obrigadas a manter departamentos próprios para cumprir as exigências, enquanto as menores despendem recursos com serviços de terceiros. Ambos são fonte de custo e reduzem a produtividade.

É indispensável promover expressiva simplificação na burocracia tributária e na implantação de sistemas modernos e eficientes de controle que exijam menores obrigações por parte das empresas.

**Recomendação:**

- Buscar a simplificação dos procedimentos tributários e reduzir o ônus do cumprimento das obrigações junto ao fisco, sem prejuízo da qualidade e da finalidade dos instrumentos de controle tributário.

**d. Tributação do investimento: promover desoneração total**

O sistema tributário brasileiro tributa os bens destinados ao ativo fixo das empresas, o que onera o custo do investimento. Este aumento exige maior esforço de poupança na economia por unidade de investimento e diminui o ritmo potencial de crescimento econômico.

Os sistemas tributários modernos procuram não onerar o investimento com tributos. A razão é clara: o investimento produtivo gera riquezas, emprego e renda para todos, inclusive para o Poder Público ao ampliar a base tributária com o crescimento da economia.

No Brasil, ao contrário, no preço final dos bens de capital incidem um conjunto tributos – ICMS, PIS, Cofins, CPMF, IOF, etc. – que aumentam o custo do investimento. Essa situação pode levar à inviabilização de projetos e é uma característica perversa do sistema tributário brasileiro. Aumentar o ritmo de crescimento exige, portanto, a desoneração tributária completa do investimento.

**Recomendação:**

- Buscar caminhos para a desoneração tributária do investimento: isenções tributárias, amplo reconhecimento e utilização imediata de créditos, reduções de alíquotas, depreciação acelerada, etc. O desafio da indústria está em avançar nessa agenda de forma independente da reforma tributária (no curto prazo) e somar esforços para que uma futura reforma seja convergente com um modelo de desoneração total dos investimentos (longo prazo).

#### e. Substituição tributária: limitar o uso do mecanismo

O mecanismo de substituição tributária – originalmente desenvolvido para regimes de tributação especial em segmentos específicos – vem sendo ampliado pelas secretarias de fazenda estaduais com relação ao recolhimento do ICMS. A expansão no uso do mecanismo viabiliza o aumento da carga tributária e concentra a fiscalização, mas se faz em detrimento do contribuinte.

Ao concentrar o recolhimento do tributo para toda a cadeia em apenas um elo, o mecanismo descaracteriza na prática a funcionalidade do IVA, o transformando em um tributo monofásico. Perdem-se com isso importantes qualidades do IVA, que são a neutralidade e a transparência.

O uso cada vez mais amplo dessa forma de arrecadação para cadeias produtivas diversas causa problemas às empresas, gera distorções econômicas e tem impacto sobre preços e concorrência em mercados.

#### **Recomendação:**

- Buscar uma ação coordenada, no âmbito federal e estadual, de modo a melhorar e disciplinar a utilização do instrumento da substituição tributária, impondo restrições que permitam sua utilização em casos especiais – bem delimitados – e que impeçam seu uso generalizado que afeta a transparência da tributação sobre o valor adicionado.

#### f. Exportações: implementar mecanismos eficazes de recuperação de créditos

Embora garantida legalmente, a desoneração tributária das exportações não ocorre integralmente na prática. Muitas empresas, especialmente aquelas preponderantemente exportadoras, geram débitos – em especial no ICMS e no PIS-Cofins – em volume insuficiente para compensar todos os créditos provenientes das operações anteriores.

Essa prática eleva o custo das empresas e reduz a competitividade das exportações. A situação em questão está desestimulando o aumento das exportações em diversos Estados. Isso ocorre, principalmente, no caso de empresas que têm no custo de suas matérias primas parte substancial do preço de seus produtos finais a serem exportados, de forma que ao exportarem mais, aumentam suas dificuldades para a utilização dos créditos.

Pesquisa realizada pela CNI com empresas exportadoras mostrou que as dificuldades no ressarcimento dos créditos tributários afetam negativamente a decisão de exportar, muitas vezes obrigando a empresa a impor limite a suas vendas externas. Isso acarreta danos não apenas às empresas, mas ao crescimento da economia.

O acirramento da competição mundial e a valorização do câmbio no pós-crise impõem um sentimento de urgência na viabilização de uma solução para essa questão ainda em 2010. O setor exportador não pode esperar por alterações tributárias mais profundas (como uma reforma tributária) que não serão implementadas em prazo curto.

#### **Recomendação:**

- Tornar automática a utilização dos créditos tributários por parte de empresas exportadoras. Esse ressarcimento é um direito constitucional inalienável e não deve ser sujeito a disponibilidade de recursos, discutidas a cada ano.

- Deve-se tratar a questão em duas vertentes distintas. De um lado, buscar uma solução para o estoque atual de créditos acumulados pelas empresas exportadoras e não utilizados. De outro, criar uma sistemática permanente de ressarcimento que inviabilize a acumulação de créditos, ou seja, uma solução definitiva para o fluxo futuro.

## 2) Financiamento

O crescimento econômico depende crucialmente da disponibilidade de recursos financeiros para o investimento e a operação cotidiana das empresas a custos acessíveis. Recursos insuficientes ou a custos elevados inviabilizam projetos de investimento que poderiam gerar expansão do produto, emprego e renda.

No Brasil, as empresas industriais enfrentam grandes dificuldades para a obtenção de recursos para o financiamento de suas atividades produtivas, tanto no que tange à disponibilidade e acesso, quanto com relação aos custos, o que limita a taxa de crescimento sustentado.

### a. Taxas de juros: reduzir custo do capital e os *spreads* bancários

As taxas de juros elevadas, que tanto penalizam o setor produtivo, não são apenas o resultado da política monetária. Refletem também ineficiências e disfunções que persistem há anos no sistema financeiro brasileiro. Esses problemas se materializam no *spread* bancário – a diferença entre o custo ao qual os bancos captam recursos junto ao público e o quanto cobram dos tomadores de empréstimo –, que no Brasil são extremamente elevados para os padrões internacionais.

Os *spreads* embutem a cunha fiscal (incluindo os depósitos compulsórios e os impostos diretos), as despesas operacionais (como as decorrentes da inadimplência), além da margem de lucro dos bancos. A magnitude do *spread* está relacionada também com o poder de mercado gerado pela concentração bancária brasileira. Como a oferta de crédito se concentra em poucas instituições financeiras, não há concorrência suficiente que incentive a redução nas taxas.

### Recomendação:

- Avançar na agenda microeconômica da redução do custo do capital e do *spread* bancário. A solução de problemas estruturais e sistêmicos dessa natureza requer uma abordagem múltipla voltada à redução da cunha fiscal, aumento do grau de concorrência, maior transparência e eficiência operacional na intermediação financeira. É necessária também a efetiva implantação do cadastro positivo, que facilitará a análise real de risco do tomador, contribuindo para a redução dos *spreads*.

### b. Financiamento: aumentar disponibilidade de recursos

Além do custo, a escassez e o acesso limitado são características das condições de crédito para o setor privado que impedem a alavancagem dos empreendimentos, comprometem a competitividade do produto nacional e restringem o crescimento.

Apesar do crescimento recente do volume de crédito global, as empresas industriais ainda enfrentam dificuldades na obtenção de um volume de recursos adequados às suas necessidades.

A razão estrutural para a precariedade do crédito no Brasil é a canalização sistemática da poupança para financiamento de déficits públicos. A prática se tornou comum na vida econômica do País, a ponto de moldar as práticas e cultura de instituições financeiras, poupadores e tomadores de crédito.

**Recomendação:**

- Eliminar entraves que impeçam a ampliação do volume de crédito e o acesso dos tomadores às linhas disponíveis. No lado macroeconômico, deve-se buscar reduzir as necessidades de financiamento do setor público, de modo a aumentar as disponibilidades ao setor privado; no lado microeconômico, deve-se buscar mais eficiência aos mercados com racionalização de exigências cadastrais e eliminação de reciprocidade nas operações.

### **3) Câmbio e competitividade**

#### **a. Câmbio: evitar valorização do real**

Acentua-se, de forma preocupante para a indústria, a tendência de fortalecimento da moeda brasileira. Após um período de enfraquecimento do real com a crise, o câmbio voltou ao nível de 2008. A valorização – forte e persistente – do real prejudica a competitividade dos produtos brasileiros e causa dificuldades expressivas às empresas industriais.

Sem dúvida, a valorização do real é o preço do sucesso da superação de nossa vulnerabilidade externa que, no passado, causou instabilidade e impôs sérias limitações ao crescimento. Reflete o sucesso das transformações ocorridas na economia do País e a melhora da competitividade. Novas manifestações de sucesso da economia – como a superação da crise e o retorno do crescimento – poderão aprofundar esse quadro.

A diferença entre o custo do capital no Brasil e no exterior, em especial nos Estados Unidos, com certeza exacerba o processo de valorização atual. A manutenção de expressivo diferencial de taxa de juros possibilita operações de arbitragem que provocam um excesso de oferta de moeda estrangeira e contribui de forma decisiva para a valorização adicional da moeda brasileira.

A situação chegou a um limite. O processo acarreta implicações negativas para um conjunto de segmentos industriais e sua continuidade irá gerar conseqüências: perdas irrecuperáveis de mercado, redução de lucratividade e, eventualmente, fechamento de empresas e redução de empregos. Essa situação exige ações de forma a evitar tais danos.

**Recomendação:**

- Demandar uma ação mais ativa das autoridades monetárias na redução do diferencial de juros e na aquisição do excesso de moeda estrangeira.
- Atuar para a redução das ineficiências que reduzem a competitividade dos produtos brasileiros, tais como: eliminação da tributação sobre investimento e exportações, agilidade na recuperação de créditos tributários, infra-estrutura e logística eficientes, redução de burocracia, menores encargos sobre os custos salariais.
- Buscar a atualização da legislação cambial, definida para uma época de escassez de divisas, com a liberalização e facilitação da saída de capitais, que teriam impacto regulador sobre o fluxo de recursos externos.